

O LIVRO E A UNESCO

Para uma visão integrada da cadeia do livro no quadro das novas tecnologias

Jorge M. Martins

Resumo A UNESCO convida à reflexão sobre o impacte social das novas tecnologias da informação. Tem autoridade para tal: a comunicação é uma das suas quatro prioridades e o livro sempre foi uma das suas ferramentas. O autor deste artigo, ligado à edição e à UNESCO, propõe aqui um percurso em várias etapas: actualidade do livro no quadro das novas tecnologias; recontextualização da edição como indústria de conteúdos; a cadeia do livro — autores, editores, mediadores gráficos, distribuidores, bibliotecas e mercado; métodos de diagnóstico para uma articulação de toda a cadeia do livro; experiências externas no domínio das bibliotecas e da cooperação internacional a favor do livro.

Palavras-chave biblioteca; comunicação; editor; livro; UNESCO.

O livro vai mesmo acabar? Retórica ou pertinente, eis uma das questões colocadas, no final de 1996, no Conselho Intergovernamental do Programa Geral de Informação da UNESCO, a propósito do estimulante documento “no limiar da cibercivilização”. Tratando-se dum fórum internacional, merece ser registada a resposta à questão dada por um dos presentes: “Dos meus livros publicados, o melhor êxito de livraria é exactamente o que também se encontra todo disponível na internet.”

Será que o livro tradicional não está a ser substituído pela edição electrónica? Será que a internet representa não uma ameaça para o livro, mas antes uma moderna montra de novidades, um rápido motor de gestão de fundos documentais e um eficaz entreposto de venda? De facto, registam-se actualmente paradoxos bem curiosos: as maiores livrarias do mundo são virtuais; um dos produtos mais vendidos pelo novo comércio electrónico é o velho livro; e as novidades sobre informática, *marketing* electrónico ou artes gráficas digitais continuam a ser publicadas... em livros-papel!

A UNESCO, que desde a sua fundação dá uma especial atenção ao livro e à edição, persiste em afirmar a sua função de observatório tecnológico, de patrocinador moral e de motor de dinamização desta velhíssima indústria de comunicação de massas. E agora, no quadro da nova sociedade da informação, convida mesmo à adopção duma visão sistémica que, evitando as medidas isoladas, articule eficazmente toda a “cadeia do livro”, cujos elos principais são os autores, os editores, os mediadores gráficos, os distribuidores, as bibliotecas e o mercado.

A experiência internacional demonstra que uma política nacional do livro só tem êxito se conseguir promover o diálogo entre todos estes elos da cadeia e se cada um deles tiver realmente em conta os restantes. Sendo o livro o lugar

geométrico da convergência inevitável de numerosos e divergentes interesses, porque não adoptar uma visão integradora dos vários subsectores da cadeia do livro, com o objectivo final de o tornar mais acessível a toda a sociedade?

A actualidade do livro

Para muitos, neste final de século e de milénio, parece continuar a fazer sentido falar de livros e de editores de livros. Para muitos, mesmo num contexto triunfante de novas tecnologias da informação, o livro sobrevive. A sua força talvez seja o próprio tempo, ou a própria palavra escrita, mesmo sabendo-se que ainda é “difícil apreciar cabalmente as consequências e os contributos das novas tecnologias”, como diz a UNESCO.

O tempo! Ao fazer um recente balanço de vinte anos de investigação na área da sociologia da comunicação, Wolton propôs este belo regresso a sabedorias antiquíssimas: “O livro é a expressão directa para sair das tiranias da comunicação (...). O livro reclama aquele esforço e aquele tempo que as novas tecnologias de comunicação permitem economizar. Contra uma cultura do instante e da facilidade, é preciso lembrar que o preço desse tempo é esse esforço (...). É o tempo, o tempo que falta para ler, que é a força do livro. Afinal, o seu limite é o seu poder” (D. Wolton, 1997: 286-287). E concluía vigorosamente o sociólogo: “Hoje em dia, o problema não é o acesso, mas o desejo — problema bem mais complexo, como se sabe. Demasiada informação mata o desejo de conhecer.”

Por sua vez, o romancista andaluz Muñoz Molina, leitor deslumbrado de Eça de Queirós e autor dum *Inverno em Lisboa* já nos 150 mil exemplares, aproveitou uma entrevista (A. M. Molina, 1998: 89) para registar também o seu próprio elogio ao livro: “Os vídeos, os computadores, a internet são apenas acessórios. A palavra é que conta, não os instrumentos em que se exprime. O livro é uma máquina tecnologicamente avançadíssima, moderníssima, mais do que um computador. Não necessita sequer de energia, de visores, de teclas, de disquetes. É austero, barato, simples, transportável, limpo. É uma coisa verdadeiramente mágica.”

O tempo e a palavra escrita continuam a salvar o livro e a fundamentar o seu carácter insubstituível, mesmo no quadro das novas tecnologias. Recorde-se, a propósito, a introdução do importante *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal* (Missão, 1997: 7): “Os computadores fazem parte da nossa vida individual e colectiva e a internet e o multimédia estão a tornar-se omnipresentes. Contudo, tal como a rádio não substitui os espectáculos ao vivo, a televisão não faz as vezes da rádio, o cinema não fez desaparecer o teatro, *estes novos meios também não irão substituir os livros* e outros meios tradicionais, mas simplesmente acrescentar as suas capacidades adicionais ao leque das opções disponíveis.” Ou leia-se ainda como exemplo, e contemporânea do texto anterior, esta síntese sobre sociologia das comunicações de massa (A. Akoun, 1997: 149): “A história dos *media* mostranos que um novo meio não mata um anterior mas *reorganiza* o campo das técnicas de comunicação, estabelecendo-se a *complementaridade*. A rádio não matou a im-

prensa, nem a televisão a rádio, nem o cinema e as produções vídeo mataram o livro. Mas de cada vez há uma *reestruturação*".

Esta insistência no persistente valor do livro percorre todos os grandes documentos actuais da UNESCO. Especializada nos temas da educação, da ciência, da cultura e da comunicação, esta agência da ONU assumiu desde o começo a missão de facilitar a livre circulação das ideias, através da palavra e da imagem, com vista à promoção da justiça e da paz. Segundo a revista internacional *Sources* (traduzida em português e distribuída pela Comissão Nacional da UNESCO), a organização sempre adoptou duas vias distintas: "Por um lado, ajudou à concepção e aplicação de uma política do livro onde era necessária (...). Por outro lado, editou ela própria livros para divulgar as investigações, inquéritos e debates que levava a cabo, ou para tornar mundialmente acessíveis obras escritas em línguas pouco utilizadas. Paralelamente, a organização esteve na origem de instrumentos jurídicos destinados a facilitar a circulação internacional do material escrito educativo, científico e cultural, e a proteger, igualmente a nível internacional, os direitos dos autores" (UNESCO, 1996a: 7).

Quanto à ajuda na concepção e aplicação de políticas nacionais do livro, veremos à frente como o tema continua a ser muito actual e como surgiram recentes propostas concretas, baseadas em experiências de intercâmbio internacional.

Quanto às próprias Edições UNESCO, os números são impressionantes: desde a sua criação, já publicaram cerca de 10 000 títulos, em mais de 80 línguas; anualmente, editam cerca de 120 novos títulos, alguns em edição electrónica; dispõem duma rede de distribuição que cobre 130 países e praticam largamente a co-edição e as parcerias com outras editoras em todo o mundo; mantêm, desde 1948, a "Colecção UNESCO de Obras Representativas", com cerca de 850 títulos provenientes de mais de 80 países e traduzidos a partir de cerca de 100 línguas de origem (como o português, cujo último título foi, em 1996, *Os Maias* de Eça de Queirós, em tradução francesa). Das variadíssimas colecções, saliente-se uma especificamente relacionada com a própria edição, *The Professional Training Library*. Além do trimestral *Copyright Bulletin*, esta colecção inclui, por exemplo, uma série de manuais de formação para as profissões do livro, concebidos conjuntamente pela UNESCO e pelo Book House Training Centre, de Londres, testados em vários países e publicados em inglês (*A Management Training Course*) e em francês (*Profession: Éditeur*), sobre edição e gestão, sobre promoção, venda e distribuição, e acerca da profissão de livreiro. Estes manuais estão a ser utilizados na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (J. M. Martins, 1996 a), na cadeira *Gestão e Marketing* do Livro do curso de especialização para técnicos editoriais, o único curso regular existente em Portugal para editores.

Quanto a instrumentos jurídicos participados pela UNESCO, recordem-se o famoso e decisivo Acordo de Florença (adoptado pela V Conferência Geral a 17 de Junho de 1950) e o Protocolo Adicional de Nairobi (adoptado pela XIX Conferência Geral a 26 de Novembro de 1976), destinados a facilitar a "importação de objectos de carácter educativo, científico ou cultural". Com o Acordo de Marraquexe, que criou a Organização Mundial do Comércio, em 1994, a propriedade intelectual passou a ser tratada como um bem comercial. Mesmo neste quadro, os técnicos da

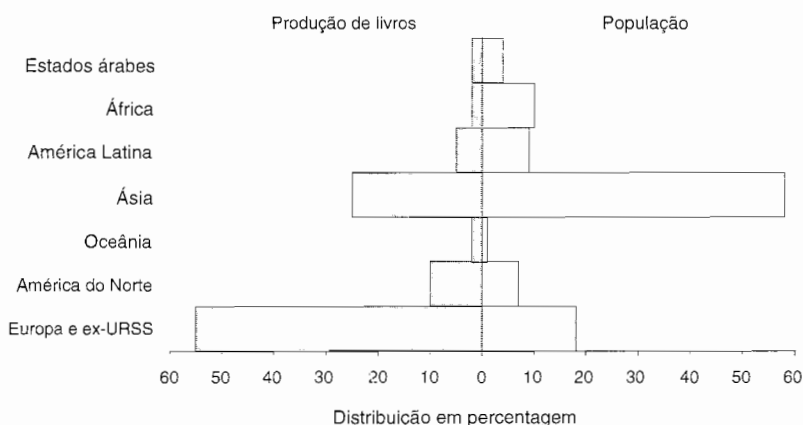


Figura 1 Desigualdades da produção mundial de livros (1991)

Fonte: UNESCO, 1996b: 256.

UNESCO sugerem, por exemplo, que os estados pratiquem a “isenção de impostos em relação a lucros reinvestidos” em infra-estruturas e na formação de pessoal (UNESCO, 1996a: 11), como forma de protecção da indústria do livro e motivação dos editores.

Em 1946, quando a UNESCO foi criada, o livro quase não tinha concorrente e a reestruturação dos sistemas europeus de ensino impunha, no pós-guerra, a impressão maciça de livros escolares. E mesmo em 1972, quando a UNESCO proclamou o Ano Internacional do Livro, com o *slogan* “Livros para Todos”, o ambiente era ainda de entusiasmo: muitos governos aumentaram o seu orçamento a favor do livro e da leitura; diferentes regiões geográficas do mundo criaram organismos encarregados de coordenar o desenvolvimento do livro e da leitura; a própria UNESCO publicou então títulos como *A Fome de Ler* (R. Escarpit e R. Barker, 1972) ou *A Juventude Milenar do Livro* (UNESCO, 1972). Mas, actualmente, passado tanto tempo, fará ainda sentido insistir no livro, num fim de século claramente dominado pelas novas tecnologias da informação?

Percorrendo os mais recentes documentos da UNESCO, destaca-se imediatamente o relatório da Comissão Mundial da Cultura e do Desenvolvimento, presidida por Pérez de Cuéllar. Com o belo título *A Nossa Diversidade Criadora* e uma oportuna abertura sobre a necessidade duma ética universal, o relatório evoca a certo passo o tema da economia do sector da cultura e escreve: “A importância económica do sector cultural está já largamente reconhecida. (...) Todavia, convém ter cuidado em não substituir os objectivos culturais por objectivos puramente comerciais. (...) As indústrias culturais, que integram os novos *media*, encaminham-se para se tornar um dos sectores mais importantes da economia. (...) No domínio da edição, observa-se um muito nítido antagonismo entre os interesses comerciais e os interesses públicos. (...) As políticas de desenvolvimento do livro podem comportar toda uma série de incentivos por parte dos poderes públicos.

(...) A promoção da leitura é um objectivo a longo prazo e deve ser acompanhada do desenvolvimento duma *indústria nacional da edição* (UNESCO, 1996b: 255-257).

E, para justificar tais recomendações, o relatório recorda a muito desigual distribuição mundial de produção de livros (figura 1), desigualdade a matizar porque em 1991, dois anos após a queda do Muro de Berlim, as estatísticas da ex-URSS ainda se encontravam inflacionadas pelas enormes tiragens das edições estatais, vendidas a preços simbólicos.

No mesmo espírito, o relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, presidida por Jacques Delors, já sublinhava, a certo passo, “que o desenvolvimento das tecnologias, longe de se efectuar em detrimento do texto escrito, vem conferir-lhe um papel essencial, e que o livro, não sendo já o único instrumento pedagógico, não deixa, contudo, de ocupar um lugar importante no ensino” (UNESCO, 1996c: 165). E o Relatório Mundial sobre a Comunicação (UNESCO, 1997a: 6), também intitulado “Os *Media* Face aos Desafios das Novas Tecnologias”, abre com o anúncio da “nova estratégia” em matéria de comunicação, adoptada pela UNESCO em 1989, após a queda do muro de Berlim, e deixa esta pergunta: “Como reinventar os nossos modos de pensar e de saber face à revolução tecnológica do multimédia?”

Talvez seja aqui particularmente recomendável a leitura do Relatório Mundial sobre a Informação (UNESCO, 1997b), que dedica quase metade das suas páginas aos grandes temas da actualidade: os desenvolvimentos em telecomunicações e a informática, a era electrónica e a sociedade da informação, as auto-estradas da informação e a internet, os audiovisuais e o multimédia. Conforme explicámos noutra lugar (J. M. Martins, 1996b), estes temas são hoje decisivos para a UNESCO porque transversais às suas próprias competências.

Face às inquietações actuais quanto ao impacte da sociedade da informação, a UNESCO é cada vez mais solicitada a apresentar propostas e a contribuir para o desenvolvimento de políticas aptas a aproveitarem ao máximo as novas condições, assegurando que todos os segmentos da sociedade beneficiem do potencial das novas tecnologias. Desde que, em 1995, a 28.ª Conferência Geral assumiu, sob a forma de resolução, “os desafios educativos, científicos e culturais das novas tecnologias”, tem sido executado todo um vasto programa de actividades, de que podem destacar-se: reuniões sobre aspectos éticos, jurídicos e sociais da informação digital, sobre direitos de autor na sociedade da informação, sobre educação e informática; colóquios e projectos regionais (África, Caraíbas); edição de livros e documentos. Estas actividades contam com a cooperação de estados membros, de várias organizações internacionais (como o Banco Mundial e a União Internacional de Telecomunicações) e ainda de organizações não governamentais.

A abrir este importante Relatório Mundial sobre a Informação, lê-se no prefácio: “Ao longo dos seus 50 anos de existência, a UNESCO sempre foi activa no domínio da informação. As responsabilidades da organização a este respeito encontram-se claramente definidas no seu acto constitutivo: a UNESCO tem por missão encorajar a *permuta internacional de livros e de informações* e de contribuir assim para a sua missão de promoção da paz pela partilha do saber e da livre circulação de ideias (...). No dealbar duma nova era da informação, não é inútil

lançar um olhar retrospectivo sobre a invenção que viria exercer uma tão decisiva influência sobre as comunicações humanas na Europa e, mais tarde, no mundo inteiro: os caracteres móveis de Gutenberg. Ninguém teria podido prever, na época, que aquela prensa iria ter tantas consequências. Facilitando ao mesmo tempo a acumulação e a difusão dos conhecimentos, deu origem de facto a mudanças que se revelaram fundamentais para a dinâmica da vida intelectual e social” (UNESCO, 1997b: 6).

Tendo assim procedido a esta curiosa evocação da história do livro impresso, num lugar de balanço de modernidades, o autor do prefácio, o director geral Federico Mayor, conclui com a prudência que a sabedoria das nações ensina: “Também hoje é-nos difícil apreciar cabalmente as consequências e os contributos das novas tecnologias da informação e da comunicação no domínio da cultura”.

A recontextualização da edição

Mesmo sendo prudentes, ninguém duvida já de que as novas tecnologias da informação estão a impor uma inevitável recontextualização da velha tecnologia da edição. Já em 1976, um sociólogo da cultura e da comunicação escreveu: “Mais antiga do que todas as outras indústrias de comunicação de massas, a edição teve, durante muito tempo, o privilégio de estar só. O impresso — e, mais particularmente, o livro — foi o veículo principal da cultura. A questão que se põe a uma sociologia dos *mass media* é o estatuto da edição após o aparecimento do audiovisual” (A. Akoun, 1976). Passado quase um quarto de século sobre este texto e tendo o livro resistido muito bem ao audiovisual, a questão a colocar pode ser hoje a seguinte: qual o estatuto da edição após o aparecimento das novas tecnologias da informação?

Comece-se por inscrever, definitivamente, a edição de livros no âmbito da nova indústria de conteúdos, normalmente só referida (e negociada) para a produção multimédia. Para tal, chamem-se ainda à colação os textos da UNESCO e os próprios documentos europeus, já que “o Conselho da Europa e a UNESCO foram provavelmente as duas principais organizações responsáveis pelo desenvolvimento, desde os anos 60, não só de políticas culturais, a vários níveis, mas também de conceitos que as informam — conceitos como os de cultura, de desenvolvimento cultural ou de animação sociocultural, por exemplo — e ainda de programas e critérios de avaliação” (A. F. Costa, 1997: 14).

Em 1995, a propósito da iniciativa Info2000 (que comporta várias linhas de acção para facilitar a passagem do sector privado para a edição electrónica e o multimédia interactivo, em complementaridade com outros programas comunitários), a Comissão Europeia definiu a indústria de conteúdos como a criação, o desenvolvimento, o acondicionamento e a distribuição de produtos e serviços baseados na informação, e descreveu assim os diferentes segmentos: edição impressa (livros, jornais, revistas, publicações de empresa), edição electrónica (bases de dados em linha, serviços videotex, audiotex, serviços baseados na telecópia e no CD, jogos vídeo), indústria audiovisual (televisão, vídeo, rádio, audio e cinema).

Por sua vez, o Relatório Mundial sobre a Informação (UNESCO, 1997b: 293), divide o sector da informação em três domínios distintos: criação da informação ou indústria de conteúdos, difusão da informação (telecomunicações, televisão por cabo, satélites) e tratamento da informação através de novos serviços de valor acrescentado ou de “velhos” serviços, tipo livrarias ou bibliotecas.

Segundo os números publicados (*ibidem*: 294), os três sectores são de importância equivalente na Europa, enquanto o dos conteúdos parece dominar nos Estados Unidos. Esta valorização crescente deste último explica, em boa parte, a série espectacular de fusões e aquisições que se observaram na indústria da informação, nos anos 90. O relatório afirma mesmo que “a indústria de conteúdos, tanto em termos de valor de mercado como de emprego, é o sector mais importante do conjunto da indústria da informação” (*ibidem*, 314). De facto, para que serviriam as auto-estradas da informação se não houvesse informação?

Sabe-se que o sector dos conteúdos informativos, gerido por empresas públicas e privadas, produz e desenvolve bens de propriedade intelectual. Os criadores de informação (escritores, compositores, artistas ou fotógrafos) vendem os direitos de edição a vários mediadores (editores, cineastas, produtores, animadores e outras profissões conexas), que tratam essa propriedade intelectual de diferentes maneiras e a distribuem e propõem aos consumidores de informação. Para além da pura criação, uma grande parte do sector dos conteúdos informativos dedica-se a obras de referência (enciclopédias, bases de dados, catalogação de produtos e preços, etc.), contribuindo fortemente para as receitas totais do sector.

O desenvolvimento das indústrias da informação tem um enorme impacto sobre as próprias profissões da informação (informáticos, editores, bibliotecários, etc.), agora sujeitas a pressões complementares: por um lado, o campo de trabalho alarga-se constantemente, pois a quantidade de informação a aceder e a tratar é muito superior à de há cinco anos; por outro, as exigências crescentes dos utilizadores criam uma procura de serviços cada vez mais sofisticados e de maior qualidade. Devido a tais pressões, as profissões da informação registam acelerados fenómenos de convergência e prementes necessidades de formação:

- caem antigas fronteiras entre domicílio, trabalho e escola, pois as novas tecnologias transformam a própria casa em escritório, sala de aula ou biblioteca;
- desactualizam-se antigas distinções entre educação e lazer, entre trabalho e jogo, pois os contextos confundem-se;
- exigem-se melhores níveis de qualificação de base (o “traquejo” ou o “jeito” tornam-se insuficientes) e generaliza-se a revisão constante das competências (formação profissional ao longo da vida);
- repensam-se velhas profissões (impressor, editor, bibliotecário, etc.) e interpenetram-se antigos estratos profissionais, pois o autor pode agora ser também editor e o computador da contabilidade pode fazer também o jornal da empresa;
- emergem novas profissões de mediação digital (*webdesigner*, analista de sistemas, gestor de informação, etc.), questionando os apressados encantamentos iniciais com os supostos benefícios da desintermediação permitidos pelas novas tecnologias.

Não se trata aqui de nenhum quadro futurista. Até ao fim deste ano, segundo as previsões oficiais (Comissão Europeia, 1993), entre 8 e 18% do mercado europeu do livro passa a ser electrónico, com picos de 15 a 25% para os livros de crianças e de 20 a 30% para a literatura científica, técnica e médica. Por isso, as propostas europeias (Conselho da Europa, 1996), no sentido duma nova economia do livro e duma ultrapassagem do “analfabetismo tecnológico (que) vai alargar o fosso entre regiões e grupos”, preconizam algumas “políticas nacionais e internacionais a favor da edição electrónica” e lançam mesmo um projecto de sensibilização e formação, financiado pelo Fundo Estrutural da União Europeia e destinado a “implicar os diversos actores da cadeia do livro numa pesquisa inovadora relativa à cadeia da edição electrónica”.

Sendo assim, o grande público vai ter de adicionar, às tradicionais *chaves da literacia* (escrita, leitura e cálculo), a da relação com as novas tecnologias e com os novos produtos da edição electrónica, podendo as bibliotecas vir a assumir um papel importante nesta nova alfabetização. Sendo assim, as profissões da informação (nomeadamente a de editor de livros) também vão necessitar de rapidamente aceder a *novas competências*, podendo, para tanto, aproveitar os programas e os financiamentos propostos pela própria Comunidade Europeia.

Mais do que loja de modernos artefactos para velhas profissões, as novas tecnologias da informação são fronteiras de mudança e lugar de transição para um outro paradigma, o *paradigma digital*, definido este como “um conjunto homogéneo de quatro dimensões: uma técnica-base, a electrónica; uma metodologia particular de tratamento automático e lógico das informações; um sistema de representação do mundo coerente e universal; e, por fim, um desafio estratégico e económico” (P. Breton e S. Proulx, 1997: 122). Sucedendo a outras revoluções anteriores, como a copérmica, a cartesiana, a darwiniana e a sistémica, a actual está ainda em curso. “As ciências da complexidade e a teoria do caos realizam uma síntese entre analítico e sistémico. (...) Natural e artificial, *artes e técnicas*, culturas e civilizações encontram-se doravante reunidas num conjunto coerente” (J. Rosnay, 1975: 329). Também a cadeia do livro está a reorganizar-se, também a edição precisa de ser reinventada. O editor de livros é mais um dos campos em recontextualização, numa época de grandes mudanças.

A cadeia do livro

Arte e técnica de transformar projectos em objectos para clientes específicos, a edição é também estudada pelo Relatório Mundial sobre a Informação, num capítulo da autoria de P. G. Altbach (UNESCO, 1997b: 338-348). Os desafios do tema surgem logo nas primeiras linhas: “O livro permanece como um dos principais veículos do saber. Para milhões de habitantes do planeta, é um instrumento de informação, de divertimento, de reflexão e de educação indispensável. Em 1991, as estatísticas da UNESCO — que só dão uma ideia aproximada da situação real — estimam em 863.000 os diferentes títulos publicados no mundo. (...) Apesar do advento das novas tecnologias de difusão do saber, como a rede internet e outras inovações baseadas no computador, livros e jornais tradicionais mantêm-se como

a principal fonte de informação. De facto, o número de títulos publicados continua a aumentar regularmente". Todavia, continua o texto, "o progresso tecnológico tem sobre a edição repercussões sem equivalente desde o século XIX (...): assiste-se, neste final do século XX, a uma transformação igualmente profunda da edição".

Se, como vimos, as novas tecnologias estão a transformar as próprias profissões da informação, então não é de admirar que também estejam a remexer com toda a cadeia do livro:

- desde os autores até aos editores;
- desde os métodos de investigação prévia até ao momento e ao modo de o livro chegar aos diversos tipos de clientes;
- desde os processos de segmentação de leitores até à comunicação;
- desde a pré-impressão até à produção e ao acabamento;
- desde a gestão de armazém até às redes de distribuição;
- desde a facturação até às redes de venda e ao comércio electrónico;
- desde a edição de massas até à edição a pedido;
- desde as bibliotecas até aos leitores.

Além disto (que já não é pouco, para sacudir violentamente todas as profissões do livro), as novas tecnologias aceleram fortes mudanças de ordem económica, como a constituição de multinacionais e a rápida aproximação da edição do livro a outros campos da indústria do saber e do lazer, como o multimédia — o que dá razão a quem pugna pela consideração da edição de livros como indústria de conteúdos, para poder beneficiar dos respectivos incentivos económicos.

É óbvio que, no anverso da euforia, surgem também os problemas, alguns bem graves, como os relativos aos aspectos legais e deontológicos, ao controlo dos serviços electrónicos, à protecção da vida privada e à segurança, à propriedade intelectual e aos direitos de autor na era electrónica, à cooperação e assistência internacionais, às hegemonias culturais num mundo de infortúnios e infopobres: estamos no domínio da infoética, tema que preocupa crescentemente a UNESCO.

Entretanto, a gestão dum empresa editorial apresenta especificidades que tornam este subsector profissional muito peculiar ou mesmo paradoxal. De facto, trata-se dum subsector que:

- gera modestos volumes de negócios, mas enormes e mal quantificados efeitos multiplicadores na cultura e na educação dum país;
- tem pouca expressão do ponto de vista macroeconómico, mas proporciona singulares poderes simbólicos, até porque "cultura e poder não são dimensões sociais alheias uma à outra, muito menos em matéria de políticas culturais" (A. F. Costa, 1997: 14);
- tem pouco peso industrial, mas beneficia dum fortíssimo peso histórico, mediático e afectivo: a sua importância é vital em qualquer sociedade, a ponto de ser perseguido ou então tutelado;
- proporciona rendibilidades médias, mas exige altos recursos financeiros

(tanto maiores quanto mais longo o ciclo de produção), sendo também alto o risco de recuperação do investimento;

- produz sempre livros, mas é avesso às generalizações, pois os editores diferem muito entre si tanto pelos seus produtos (escolares ou de arte, para crianças ou universitários), como pelas suas estruturas financeiras (grupos ou empresas familiares).

Neste tão diverso mundo da edição, também se verificam centros e periferias. Segundo a mesma fonte, o mercado internacional é dominado por um reduzido número de países e de línguas. À cabeça vêm os que são responsáveis por uma parte substancial das obras publicadas no mundo: Alemanha, Estados Unidos, França, Reino Unido, Espanha, Itália, Japão, logo seguidos pela China, o Egipto (principal produtor de livros em árabe) e a Índia (terceiro produtor mundial de livros em inglês). E quanto a dinamismo editorial e ramificações mundiais, recorde-se que, neste começo de 1999, uma parte substancial do mercado editorial dos EUA está já na mão de alemães! A maioria do resto do mundo ocupa posições periféricas.

Servido até ontem por técnicas tradicionais e artesanais, por voluntarismos e autodidactismos simpáticos, o mundo da edição está a ser agora profundamente desinquietado pelas novas tecnologias da informação e pelos processos sociais da sociedade moderna. Os editores são cada vez menos “artesanato” e “indústria essencialmente pessoal” (como lhe chamavam Gallimard e Grasset entre as duas guerras), são cada vez menos um *gentlemen's club* onde “as casas editoras se conheciam todas pelos nomes dos seus proprietários” (F. Guedes, 1995: 18).

Neste fim de século, os editores são, cada vez mais, empresas ou organizações, donde se esperam as “garantias simbólicas” e os “sistemas periciais” que descontextualizaram as velhas relações sociais e impuseram, como credencialização securizante, as “relações de confiança” (A. Giddens, 1992). São cada vez mais elos de grandes grupos nacionais e internacionais, são cada vez mais uma profissão de especialistas, onde sobressaem duas funções: a selecção dos títulos a publicar (função criativa) e a selecção dos mercados a atingir (função *marketing*). São cada vez mais uma profissão em recontextualização graças à revolução digital, a qual está a dar origem a novos produtos (edição electrónica, multimédia, *webdesign*, impressão digital) e a novas soluções para a eficácia da gestão e da relação com os clientes. O que talvez autorize finalmente a seguinte visão organizacional: as novas tecnologias operacionalizam tanto a função *marketing* do editor que esta ganha um protagonismo decisivo no âmbito da nova gestão editorial.

Métodos de diagnóstico

Para que o futuro da edição de livros não seja inviabilizado, são necessárias rápidas mudanças. “O livro subsistirá como um produto importante e um instrumento privilegiado de conhecimento e de diversão” — prevê ainda o Relatório Mundial (UNESCO, 1997b: 346) — “mas os meios utilizados para o seu fabrico, a sua distribuição e mesmo a sua concepção encontram-se em plena evolução. A lógica

económica, o progresso tecnológico e a interdependência crescente que caracterizam a economia mundial influenciam o futuro do livro e da edição.”

A pensar em tal futuro, um dos títulos recentes das Edições UNESCO, na biblioteca de formação profissional, propõe a adopção de uma visão verdadeiramente sistémica da cadeia do livro. O autor foi secretário-geral do CERALC (Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe) e é actualmente um dos quadros da UNESCO em Paris. A pequena obra trata da “política nacional do livro” e apresenta-se modestamente como “um guia para trabalho no terreno” (A. Garzón, 1997). Publicada simultaneamente em francês, inglês e espanhol, traduzida em romeno e mongol, serve já de guia à formulação de políticas nalguns estados africanos e a sua metodologia de diagnóstico está a ser aplicada, em países como Roménia, Bulgária, Polónia, Lituânia e Letónia, pelo projecto conjunto UNESCO — Conselho da Europa.

Tendo por objectivo final tornar o livro mais acessível a toda a sociedade, a proposta de adopção duma visão integradora dos vários subsectores da cadeia do livro parte duma verificação: a de que convergem no livro, inevitavelmente, numerosos e divergentes interesses, como os da criação e da edição, do fabrico e da distribuição, das bibliotecas e das escolas, das tutelas e das vendas, do consumo e da leitura.

Efectivamente, estes subsectores, cada qual com as suas originalidades, tradições e reivindicações profissionais, têm natural tendência a fecharem-se nos seus mundos. Mas, sabendo-se quanto é “inútil produzir muitos livros se não houver rede de distribuição, criar bibliotecas se não houver livros, escrever livros se não houver editores, editar se não houver leitores” (*ibidem*: 21), talvez então seja útil que o sector público (sem cair em excessivos e inadequados dirigismos estatais) incentive os diferentes subsectores a assumirem uma dinâmica de encadeamento eficaz.

Para tanto, são apresentadas propostas concretas para a institucionalização do diálogo entre sector público e sector privado, para a criação de organismos nacionais e internacionais do livro, para a promoção da oferta e da procura. Mas, sobretudo, é proposta uma metodologia de trabalho, metodologia essa sugerindo que, para a estratégia de desenvolvimento de cada subsector, se comece pelo diagnóstico, pois só o exame prévio de cada situação pode permitir a ulterior adopção de eventuais medidas.

Apresentamos, neste artigo (veja-se a figura 2), a nossa própria proposta de visão integrada do livro, homenageando assim a do citado autor. Ao exercício fácil da tradução ou da aferição técnica duma grelha internacional, preferimos o ensaio dum novo modelo, que, inspirando-se na matriz de A. Garzón (*ibidem*: 32-49, 77-81), integra agora contribuições nacionais, como as de profissionais portugueses da cadeia do livro junto dos quais este novo modelo foi testado. Foram deste modo considerados, como fundamentais, cinco subsectores profissionais na cadeia do livro:

- autores, incluindo nesta designação não só escritores e criadores de informação e de conteúdos, mas também redactores, coordenadores editoriais, tradutores, artistas, ilustradores e fotógrafos;
- editores, destacando-se neste subsector a função criativa (decisão de editar e

constituição de catálogo) e a função *marketing* (filosofia global de gestão que começa *antes* de os produtos existirem e articula políticas de produto, preço, comunicação e distribuição), ambas com o objectivo final de operar a mediação (técnica, simbólica e negocial) entre autores e mercado mediante o recurso a pericialidades de terceiros (mediadores gráficos e distribuidores);

- mediadores gráficos, incluindo nesta designação genérica (e talvez discutível) o *design* gráfico, o circuito clássico (pré-impressão, impressão, acabamento, embalagem) e os novos circuitos da indústria de conteúdos e da intermediação digital (onde despontam novas profissões a substituírem anteriores);
- distribuidores, incluindo aqui as redes de distribuição (importação de livros, distribuição do livro nacional e do importado), bem como as redes de venda através dos novos canais (comércio electrónico) ou dos canais clássicos; em Portugal, em 1996 (APEL, 1997), o *direct marketing* (correspondência, porta-a-porta e clubes de livro) era o maior canal de venda de livros (com 39,91% de quota de mercado), seguido das livrarias (29,19%) e das grandes e médias superfícies (15,96 %);
- mercado, incluindo sob esta designação genérica não só os leitores e os consumidores de informação, mas também as bibliotecas e os mediadores culturais, as diferentes instâncias de recepção cultural e as diferentes geografias de destino duma língua.

Para cada um destes subsectores, a figura 2 propõe auxiliares de diagnóstico para a identificação de pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças. Auxiliares importantes serão:

- estudo das necessidades dos vários segmentos dos consumidores de informação, no contexto da educação a todos os níveis, e identificação dos auxiliares de decisão usados pelos gestores dos subsectores;
- levantamento da situação real quanto a formação profissional disponível para cada subsector;
- situação associativa (órgãos de classe), jurídica (propriedade intelectual), económica (investimentos, financiamentos, créditos, incentivos, impostos, meios de pagamento, alfândegas, importação e exportação de livros, câmbios, divisas) e institucional (exemplo: relações entre edição privada e pública);
- levantamento das respectivas situações industriais (equipamentos e matérias-primas, por exemplo);
- identificação da situação das bibliotecas (fundos, depósito legal, profissões, logística, relação com outros subsectores da cadeia do livro);
- identificação das redes de distribuição, das redes urbanas e rurais de pontos de venda, da rede de leitura pública, da rede de promoção externa do livro;
- identificação das ligações internacionais.

Só de posse destes diagnósticos parece ser possível ensaiar estratégias de desen-

Subsectores profissionais	Auxiliares de diagnóstico	Estratégias de desenvolvimento
<p>AUTORES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criadores de informação e de conteúdos, escritores; - redactores, coordenadores editoriais, tradutores; - artistas, ilustradores: fotógrafos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Situação da indústria de conteúdos; - situação do direito de autor; - situação da fiscalidade; - situação do associativismo em cada profissão do subsector; - relações entre profissões. 	<ul style="list-style-type: none"> - incentivos à criatividade; - apoio a organizações de profissionais; - intercâmbios profissionais; - concursos, prémios, congressos, edições de directórios; - adesão a acordos internacionais; - promoção da legislação sobre direitos de autor.
<p>EDITORES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Função criativa (decisão de editar e constituição de catálogo); - função marketing (políticas de produto, preço, comunicação, distribuição); - mediação técnica, simbólica e negocial, entre autores e mercado, mediante recurso a pericialidades de terceiros. 	<ul style="list-style-type: none"> - Situação da formação profissional; - situação do associativismo; - habituais auxiliares de decisão do editor (relatórios de leitura?, estudos de mercado?, indicadores sociais?); - necessidades dos mercados; - índices de necessidades de recursos financeiros na edição; - crédito bancário, incentivos, impostos; - situação da exportação de livros; - retrato das ligações internacionais; - relações edição privada e pública; - situação do ISBN. 	<ul style="list-style-type: none"> - Formação e reciclagem a vários níveis; - apoio a organizações de profissionais; - promoção dos direitos do editor e dum política nacional do livro; - estímulos específicos ao mercado do livro - acordos de cooperação entre aliados estratégicos; - negociações de acesso ao crédito, de isenções fiscais e de incentivos à exportação; - promoção nacional e internacional; - articulação com restantes <i>mass media</i>.
<p>MEDIADORES GRÁFICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Design</i> gráfico; - pré-impressão e impressão; - acabamento e embalagem; - produção electrónica; - intermediação digital. 	<ul style="list-style-type: none"> - Situação da formação profissional; - situação do associativismo em cada profissão do subsector; - situação do livro em relação aos outros produtos gráficos; - parques gráficos (modernidade); - relação com fornecedores (papel e outras matérias-primas); - situação dos financiamentos; - import/export de serviços e produtos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Formação e reciclagem a vários níveis; - apoio a organizações de profissionais; - negociação de grandes opções para os diversos mediadores; - incentivos à importação de equipamentos e matérias-primas; - incentivos à produção, à divulgação e à exportação do livro.
<p>DISTRIBUIDORES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Redes de distribuição; - importação, distribuição do livro nacional e importado, exportação - redes de venda : canais clássicos (<i>direct marketing</i>, livrarias, grandes superfícies, etc.) e novos canais (Internet, etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> - Situação da formação profissional; - situação do associativismo em cada profissão do subsector; - modalidades de importação de livros (transporte, alfândega, administração); - meios de pagamento (câmbios, divisas); - redes de distribuição; - redes urbanas e rurais de livrarias e de outros pontos de venda; - situação do comércio electrónico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Formação e reciclagem a vários níveis; - apoio a organizações de profissionais; - políticas de incentivos e de preços; - tarifas postais: redes de transportes; - créditos ao comércio do livro; - políticas de importação e exportação; - acordos internacionais de livre circulação e sistemas de pagamento.
<p>MERCADO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Leitores e consumidores de informação; - diferentes instâncias de recepção cultural; - bibliotecas e mediadores culturais; - diferentes geografias de destino da língua. 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação dos vários segmentos de consumidores de informação; - situação da educação a todos os níveis; - estudos sobre práticas culturais; - rede de leitura pública; - fundos de bibliotecas, depósito legal, qualificação dos técnicos, logística; - rede de promoção externa do livro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Programas de escolaridade e de formação ao longo de toda a vida; - investigação sobre práticas, hábitos, literacia e necessidades dos públicos; - sistema regular de encomendas do Estado aos editores; - organização de bibliotecas em articulação com editores e livreiros; - promoção de agentes da leitura; - políticas de captação de públicos; - promoção da internacionalização e da cooperação cultural.

Figura 2 Proposta para uma visão integrada da cadeia do livro

volvimento adequadas e realistas, de que se apresentam, no quadro 2, alguns exemplos já testados internacionalmente.

Refira-se finalmente um aspecto importante. Enquanto alguns países se permitem excluir o livro escolar das competências de quem tutela as políticas do livro (para não ter de arbitrar batalhas entre editores, nem atropelos ao direito universal à educação?), a proposta de A. Garzón (*ibidem*: 69) aborda com clareza a “especificidade do manual escolar”, pois este subsector “constitui um elemento-chave do bom desenvolvimento da edição seja em que país for”. A edição escolar é um peso-pesado nos sectores nacionais do livro. Por exemplo, em Portugal, em 1996, foram vendidos 21.485.033 exemplares de livros e, destes, 10.400.650 eram “livros escolares” (APEL, 1997), uma das dez categorias usadas pela estatística portuguesa e que inclui manuais e livros auxiliares. Praticamente metade (48,4%) dos exemplares de livros vendidos em Portugal são livros escolares, o que significa que o cabaz de compras da maioria das famílias portuguesas não inclui livros, a não ser os manuais obrigatórios para a escola dos filhos...

Dois exemplos externos

Esta visão integrada da cadeia do livro tem inspirado experiências reais de intercâmbio entre países, como já acontece com o CERLALC (e será o primeiro exemplo adiante referido) e conduzido a revisões das metodologias de aproximação a cada um dos subsectores, como o das bibliotecas (e será o segundo exemplo escolhido).

O CERLALC, Centro Regional para el Fomento del Libro en América Latina y el Caribe (<http://www.cerlalc.com/>), é um organismo internacional que integra 21 estados de cultura espanhola e lusófona. Com sede em Bogotá, foi criado, em 1971, por um acordo de cooperação entre o governo da Colômbia e a UNESCO, ao qual aderiram depois os estados da América Latina (17 países de língua espanhola e um de língua portuguesa, o Brasil), as Caraíbas ou Antilhas de língua espanhola (Cuba, Porto Rico, República Dominicana) e a Espanha. Parece estar para breve a desejada adesão de Portugal.

Os objectivos fundamentais do CERLALC são: estimular a criação dum *mercado comum ibero-americano do livro*, apoiando governos e instituições; fomentar a produção, a difusão, a distribuição e a livre circulação do livro; promover a leitura e o desenvolvimento de políticas públicas de leitura (na escola, na biblioteca, na educação não formal, nos *mass media*, etc); defender os direitos do autor e do editor; e implantar um serviço regional de informação sobre o livro. Para tanto, este organismo desenvolve várias actividades, tais como assessoria aos governos e a entidades públicas e privadas (tendo já impulsionado a promulgação de várias leis nacionais do livro), informação comparada (estatísticas do comércio do livro), investigação (realização de estudos sobre a situação da leitura), cursos de formação profissional (gestão editorial e livreira), publicações (manuais para formação, directórios, banco de dados, boletim informativo, *site* na internet, revista *El Libro*) e organização de reuniões internacionais.

Como se explica na revista *Fontes* já citada (UNESCO, 1996a: 10), a Colômbia

foi o primeiro país que a UNESCO “ajudou a conceber uma *política global do livro*”, em 1971, pois até aí “só existiam iniciativas isoladas, como a abertura de bibliotecas ou a exploração de tipografias”. Ainda segundo a mesma fonte, o *boom* da indústria do livro colombiano aconteceu na década de 80, para o que contribuíram as “tiragens históricas” do Nobel de 1982, García Márquez. “Porém, foi a legislação que marcou a verdadeira diferença”, não só a de 1982 (isentando os livros de IVA e facilitando a sua livre exportação), mas sobretudo a Lei do Livro de 1993, dada como exemplo pela Associação Internacional de Editores e que, por exemplo, concede total isenção de impostos às editoras durante 20 anos, prevê tarifas muito especiais por parte dos correios e estipula a compra de exemplares de cada título editado no país para fornecimento das bibliotecas públicas.

A propósito de bibliotecas e regressando agora à Europa, retome-se o Relatório Mundial sobre a Informação e veja-se o texto sobre as bibliotecas e os serviços de informação na Europa ocidental (UNESCO, 1997b: 91-105). O primeiro subtítulo deste texto é exactamente “As bibliotecas e a cadeia do livro” e começa assim: “Na cadeia do livro, o mais frequente é as bibliotecas desempenharem um papel à parte. Enquanto entidades sem fins lucrativos, foram separadas da vida económica do livro, quer dizer do processo que as conduz até ao leitor por intermédio do editor e do livreiro. Mas com o triunfo do mercado da edição electrónica, as bibliotecas encaminham-se agora para uma integração na cadeia do livro, na qual poderão vir a desempenhar um papel económico.”

Colocada a questão deste modo, o texto prossegue: “A relação entre o volume de negócios da edição e o volume das aquisições realizadas pelas bibliotecas permite perceber o lugar que estas ocupam na cadeia do livro, ao nível comunitário.” Assim, são propostos dois quadros: um, para as receitas brutas da indústria da edição em 12 países da Comunidade e os gastos das bibliotecas públicas; outro, para as aquisições das bibliotecas e as receitas brutas da indústria do livro, por habitante (vide quadros 1 e 2).

Seria certamente exagerado tirar conclusões definitivas destes números. Como avisa o texto, não foram aqui tidas em conta as exportações de livros (muito importantes nos casos da Grã-Bretanha, da Espanha e da França), nem as aquisições das bibliotecas universitárias, só das públicas. “Mas uma coisa é certa: *os hábitos de leitura* variam consideravelmente na Europa e são independentes dos indicadores económicos (como o produto interno bruto); tais hábitos *estão estreitamente ligados à existência duma política nacional em matéria de bibliotecas, elemento essencial duma política nacional do livro*. Os generosos fundos afectos ao orçamento das aquisições das bibliotecas dinamarquesas (e, dum modo geral, de todos os países escandinavos) desempenham um papel essencial na preservação duma prática activa da leitura, duma *indústria do livro de qualidade* e de taxas de alfabetização elevadas” (*ibidem*, 1997b: 92).

E escreve-se na conclusão: “O futuro das bibliotecas e dos centros de documentação não vai caracterizar-se por uma evolução sectorial, mas depender, em larga medida, da evolução das cadeias de que as bibliotecas e os centros de documentação constituem elos essenciais, no caso, as *cadeias do livro e da informação*” (*ibidem*: 103).

Quadro 1 Receitas de edição e aquisições de bibliotecas públicas em 12 países da Comunidade Europeia (por habitante)

Países	Receita bruta de edição, 1989 (francos franceses)	Despesas de aquisição de bibliotecas (média 1986- 1990)
Alemanha	630	0,85
Luxemburgo	382	1,80
França	367	0,85
Espanha	366	0,42
Dinamarca	350	12,35
Reino Unido	316	3,10
Países Baixos	306	5,27
Itália	249	1,54
Bélgica	221	2,89
Irlanda	158	1,20
Grécia	145	0,83
Portugal	117	0,04

Fonte: UNESCO, 1997b:91.

Quadro 2 Receitas entre a aquisição de bibliotecas públicas e a receita bruta da indústria de edição em 12 países da Comunidade Europeia (por habitante)

Países	Relação
Dinamarca	35/1000
Países Baixos	17/1000
Bélgica	13/1000
Reino Unido	9/1000
Irlanda	7/1000
Itália	6/1000
Grécia	5/1000
Luxemburgo	4/1000
França	2/1000
Alemanha	1/1000
Espanha	1/1000
Portugal	0,3/1000

Fonte: UNESCO, 1997b:91.

Apesar de o autor do texto ser Giuseppe Vitiello, perito da Comissão Europeia e consultor de governos (incluindo o português), a sua visão integradora parece não atravessar ainda o subsector das bibliotecas nalguns países. Não são frequentes casos como os escandinavos, onde os fundos para aquisições das bibliotecas “desempenham um papel essencial na preservação duma prática activa da leitura, duma indústria do livro de qualidade e de taxas de alfabetização elevadas”. O mais frequente, no subsector das bibliotecas, são quotidianos servidos por um jargão de jazigo (“acervo”, “documento guardado”), são divórcios da vida económica do livro (como se houvesse livros nas bibliotecas sem editores), são constrangimentos orçamentais (que levam bibliotecários, às vezes de instituições públicas, a pedirem ofertas de livros aos próprios editores).

Para uma “indústria do livro de qualidade” parece muito útil uma visão integrada de toda a cadeia do livro. Até porque, como previu Vitiello logo nas primeiras linhas, “com o triunfo do mercado da edição electrónica, as bibliotecas encaminham-se agora para uma integração na cadeia do livro, na qual poderão vir a desempenhar um papel económico”.

Deixar de encarar o livro isoladamente, para o pensar como um sector com diversos elos (ou subsectores) coerentemente encadeados, não é fácil. Mexe com muitas profissões, com muita sobreposição de repertórios de gestão, com muitos interesses. Obriga a privilegiar o planeamento das acções e a abandonar a casuística das reacções. Internacionalmente, as experiências estão feitas e as metodologias testadas. Talvez seja de perfilhar o método seguido por Al Gore para “reinventar a administração pública” americana: aceitar claramente mudar, eleger o *marketing* como filosofia de gestão (com o “cliente” bem no centro das organizações) e começar por ouvir os próprios actores no terreno, em todos os elos da cadeia e em todos os escalões, pois “aqueles que mais de perto lidam com o problema são os que melhor sabem como resolvê-lo” (A. Gore, 1994: 48). É verdade que *escutar antes de falar* é o mais difícil na comunicação e que tal dificuldade costuma agravar-se com a idade e o mando, mas as novas tecnologias da informação até podem ajudar a revalorizar o trabalho, mesmo na cadeia do livro.

Referências bibliográficas

- Akoun, André (1976), “L’édition”, in Cazeneuve, Jean (org.), *Les Communications de masse. guide alphabétique*, Paris, Éditions Denoël/Gonthier.
- Akoun, André (1997), *Sociologie des communications de masse*, Paris, Hachette.
- Altbach, Philip G. (1997), “L’édition”, in *Rapport Mondial sur l’Information 1997/1998*, Paris, Éditions UNESCO.
- AncillanI, G. (1992), *Il Mercato del libro. Le prospettive dell’editoria nel Mercato Unico Europeo*, Perúsia, Protagon.
- APEL — Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (1997), “Estatísticas de livros em 1996”, in *Livros de Portugal*, ano IX, Lisboa, Dezembro.
- Askerud, Pernille (1997), *A Guide to Sustainable Book Provision*, Paris, UNESCO.

- Breton, Philippe, e Serge Proulx (1997), *A Explosão da Comunicação*, Lisboa, Editorial Bizâncio.
- Comissão Europeia (1993), *Nouvelles opportunités offertes aux éditeurs par le marché des services d'information*, Luxemburgo, Direcção-Geral XIII (Telecomunicações, Mercado da Informação e Valorização da Investigação), EUR 14925.
- Conselho da Europa (1996), *Vers une nouvelle économie du livre: le point de vue du Conseil de l'Europe*, Estrasburgo, Conselho da Cooperação Cultural, Comité da Cultura, 13.ª reunião, 25-27 de Novembro.
- Costa, António Firmino da (1997), "Políticas culturais: conceitos e perspectivas", in *OBS*, publicação trimestral do Observatório das Actividades Culturais, n.º 2, Lisboa, Outubro.
- Escarpit, Robert, e Ronald Barker (1972), *La faim de lire*, Paris, Éditions UNESCO.
- Freitas, Eduardo (1998), *As Bibliotecas em Portugal: Elementos para Uma Avaliação*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Garzón, Alvaro (1997), *La Politique nationale du livre. un guide pour le travail sur le terrain*, Paris, Éditions UNESCO, col. La Bibliothèque de Formation Professionnelle.
- Giddens, Anthony (1992), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- Gore, Al (1994), *Reinventar a Administração Pública*, Lisboa, Quetzal Editores.
- Guedes, Fernando (1995), *Elogio do Livro e do Seu Editor*, Lisboa, Verbo.
- Lynch, Mary Dykstra (1997), "Les autoroutes de l'information", in *Rapport mondial sur l'information 1997/1998*, Paris, Éditions UNESCO.
- Martins, Jorge M. (1996a), "Marketing do livro, universidade e UNESCO", in *Livros de Portugal*, revista mensal da APEL, Lisboa, Junho.
- Martins, Jorge M. (1996b), "UNESCO e novas tecnologias", in *Diário de Notícias*, Lisboa, 9 de Maio.
- Missão para a Sociedade da Informação (1997), *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*, Lisboa, Ministério da Ciência e da Tecnologia.
- Molina, Antonio Muñoz (1998), "O livro é mais avançado que o computador", entrevista a Fernando Dacosta, in *Visão*, n.º 301, Lisboa, 22 de Dezembro.
- Moore, Nick (1997), "La société de l'information", in *Rapport mondial sur l'information 1997/1998*, Paris, Éditions UNESCO.
- Oppenheim, Charles (1997), "Le droit d'auteur à l'ère électronique", in *Rapport mondial sur l'information 1997/1998*, Paris, Éditions UNESCO.
- Rosnay, Joël de (1995), *L'Homme symbiotique. Regards sur le troisième millénaire*, Paris, Éditions du Seuil.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (1998), "Livro, publicações e bibliotecas", in *As Políticas Culturais em Portugal. Relatório Nacional 1985-1995*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.
- Vitiello, Giuseppe (1997), "Bibliothèques et services d'information. L'europe occidentale", in *Rapport mondial sur l'information 1997/1998*, Paris, Éditions UNESCO.
- UNESCO (1972), "A Juventude milenar do livro", revista *O Correio da UNESCO*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Dezembro.
- UNESCO (1990), *The Business of Book Publishing. A Management Training Course*, Paris, Londres, Éditions UNESCO, Book House Training Centre, col. The Professional Training Library.

- UNESCO (1991), *Book Promotion, Sales and Distribution. A Management Training Course*, Paris, Londres, Éditions UNESCO, Book House Training Centre, col. The Professional Training Library.
- UNESCO (1996a), “A UNESCO e o livro. Os caminhos da descoberta”, revista *Fontes*, n.º 76, Lisboa, Comissão Nacional da UNESCO, Fevereiro.
- UNESCO (1996b), *Notre diversité créatrice. Rapport de la Commission Mondiale de la Culture et du Développement*, Paris, Éditions UNESCO.
- UNESCO (1996c), *Educação, Um Tesouro a Descobrir. Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*, Porto, Edições Asa.
- UNESCO (1997a), *Rapport mondial sur la communication. Les médias face aux défis des nouvelles technologies*, Paris, Éditions UNESCO.
- UNESCO (1997b), *Rapport mondial sur l'information 1997/1998*, Paris, Éditions UNESCO.
- Wolton, Dominique (1997), *Penser la communication, suivi d'un glossaire et de deux index*, Paris, Flammarion.

Jorge Manuel Martins, vogal do Conselho Coordenador da Comissão Nacional da UNESCO, com o pelouro da comunicação, docente de *Marketing* no Instituto Politécnico de Tomar, docente de *Gestão e Marketing* do Livro na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e pós-graduado em Sociologia da Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, pelo ISCTE. Email: jorgemartins@ipt.pt.